

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 6 de Janeiro de 2009

**INSTRUÇÃO NORMATIVA N 1,
DE 5 DE JANEIRO DE 2009**

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n [5.741](#), de 30 de março de 2006, nos termos do disposto no Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, capítulos IV e V, aprovado pelo Decreto n [24.114](#), de 12 de abril de 1934, e tendo em vista o que consta do Processo n 21000.009605/2002-14, resolve:

Art. 1 Alterar o art. 1 , da Instrução Normativa n 03, de 8 de janeiro de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1 Aprovar os Critérios e Procedimentos para Aplicação das Medidas Integradas em um Enfoque de Sistemas para o Manejo de Risco - SMR da Praga Mancha Preta ou Pinta Preta dos Citros (MPC) *Guignardia citricarpa* Kiely (*Phyllosticta citricarpa* Van der Aa) em espécies do gênero *Citrus* destinadas à exportação e quando houver exigência do país importador.

§ 1 Os critérios e procedimentos do SMR previstos nesta Instrução Normativa não se aplicam aos frutos de *Citrus latifolia* Tanaka (lima-ácida Tahiti).

§ 2 O Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, por meio das Instâncias Intermediárias nas Unidades da Federação - UF, delimitará e publicará, em legislação complementar, as áreas com ocorrência da praga com base em levantamentos oficiais.

§ 3 As Instâncias Intermediárias do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária enviarão à Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA os resultados dos levantamentos referentes ao semestre imediatamente anterior, sendo o primeiro até 15 de julho e o segundo até 15 de janeiro". (NR)

Art. 2 O art. 4 , da Instrução Normativa n 03, de 8 de janeiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4 Frutos cítricos provenientes de UF com registro oficial de *Guignardia citricarpa*, ainda que apresentem sintomas da MPC poderão transitar para outras UF, inclusive aquelas reconhecidas como livres de ocorrência da praga, desde que isentos de material vegetativo e originados de Unidades de Produção que adotem as práticas de Manejo Integrado preconizadas no § 2 , do art. 2 , do Anexo I, desta Instrução Normativa, devidamente registradas pelo Responsável Técnico no Livro de Acompanhamento da certificação fitossanitária.

Parágrafo único. Para o trânsito, será exigido Certificado Fitossanitário de Origem (CFO) ou Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado (CFOC) com a seguinte Declaração Adicional:" Os frutos foram produzidos sob Manejo Integrado de *Guignardia citricarpa* e submetidos a processo de seleção para a retirada de folhas e partes de ramos ". (NR)

Art. 3 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

REINHOLD STEPHANES